

ECONOMIA

Confiança do comércio fica estável em dezembro ante novembro, mostra FGV

Após despencar 10,8 pontos na passagem de outubro para novembro, o Índice de Confiança do Comércio (Icom) ficou estável em dezembro ante novembro, permanecendo em 87,2 pontos, informou ontem, 29, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o Icom caiu 4,9 pontos, a segunda queda seguida após oito meses seguidos de altas.

Segundo a FGV, “o Icom estabilizou em dezembro em nível relativamente baixo, próximo ao que se observava em fevereiro”.

“A estabilidade no mês ocorreu pela piora na percepção de vendas com o momento presente, e uma leve alta nas expectativas, mas que precisa ser relativizada pelo nível baixo que ainda

se encontra. O cenário macroeconômico negativo parece refletir na confiança do comércio. Enquanto persistir o período de inflação alta, juros em patamar elevado, consumidores com a renda média baixa e endividamento alto, é difícil imaginar uma volta à trajetória ascendente da confiança dos empresários do setor”, diz a nota divulgada pela FGV.

Apesar da estabilidade no mês, houve alta em quatro dos seis segmentos do comércio pesquisados na Sondagem do Comércio. Já os componentes do Icom tiveram comportamento divergente em dezembro

O Índice da Situação Atual (ISA-COM) recuou 1,0 ponto, ficando em 88,7 pontos, menor nível desde março deste ano.

Dívida bruta cai para 74,5% do PIB em novembro, mostra BC

A dívida pública brasileira continuou em trajetória de queda em novembro. Dados divulgados ontem, 29, pelo Banco Central (BC) mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral fechou o mês aos R\$ 7,290 trilhões, o que representa 74,5% do PIB. Esse é o menor resultado desde de dezembro de 2019, quando estava em 74,44% do PIB.

O porcentual, divulgado ontem, 29, pelo BC, é menor que os 75,1% de outubro. É também o mais baixo desde antes dos impactos da pandemia de covid-19 sobre a economia brasileira.

O pico da séria da dívida bruta foi alcançado em fevereiro de 2021 (89%). No melhor momento da série, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

O BC informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) manteve-se em 57,0% do PIB entre outubro e novembro. O dado de outubro foi revisado e estava em 58,3%. A DLSP atingiu R\$ 5,578 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

BC adia mudanças no Pix para permitir pagamentos de salários pelo Tesouro

O Banco Central adiou mudanças no Pix para viabilizar o pagamento de salários, aposentadorias e pensões pelo Tesouro Nacional a pedido do mercado. Inicialmente, as alterações operacionais entrariam em vigor em 1º de janeiro de 2023. Agora, vão começar a valer no dia 3 de julho do ano que vem, para que os participantes do Pix consigam ter tempo para fazer as adaptações necessárias.

“A pedido do mercado, o BC adiou para 3 de julho a vigência dessa faculdade permissão de pagamentos de salários pelo Tesouro, a fim de conceder mais tempo para que os participantes

do Pix possam adaptar seus sistemas de conta-salário e de crédito”, explicou o BC, em nota, após questionamento da reportagem sobre a resolução 276, publicada na terça-feira.

Os pagamentos pelo Pix foram uma demanda do próprio Tesouro em função da redução dos custos operacionais, segundo o BC.

Ainda conforme a autarquia, o Tesouro sempre pode realizar pagamentos por Pix, mas não estava preparado operacionalmente para isso, tanto que só começou a usar a ferramenta em setembro, quase dois anos após seu lançamento.

Estoques de petróleo nos EUA sobem para 718 mil barris, mostra DoE

Os estoques de petróleo nos Estados Unidos tiveram alta de 718 mil barris, a 418,952 milhões de barris, na semana encerrada em 23 de dezembro, informou ontem, 29, o Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês) do país. Analistas consultados pelo The Wall Street Journal esperavam queda de 700 mil barris.

Os estoques de gasolina caíram 3,105 milhões de barris, a 223,008 milhões de barris, enquanto a projeção era de queda de 100 mil. Já os de destilados subiram 283 mil, a 120,212 mi-

lhões de barris, quando a previsão era de queda de queda de 2,1 milhões de barris.

A taxa de utilização da capacidade das refinarias subiu de 90,9% na semana anterior para 92,0% na semana mais recente, contra expectativa de queda a 89,6%.

Os estoques de petróleo no centro de distribuição de Cushing tiveram queda de 195 mil barris, a 25,026 milhões de barris. Já a produção média diária dos EUA caiu de 12,1 milhões a 12,0 milhões de barris no período.

PUBLICIDADE LEGAL

SINDICATO DE RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE SÃO PAULO - CNPJ 17.090.637/0001-19
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente edital, ficam convocados os senhores empresários representantes legais das empresas integrantes da categoria patronal de restaurantes, bares, churrascarias, cantinas, lanchonetes, pizzarias, cafés, confeitarias, lanchonetes, sorveterias, salischarias, cervejarias, buffets e demais membros da gastronomia e similares, estabelecidos em sua base territorial (São Paulo, Guarulhos, Itapetica de Serra, Alibia, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Brás Cubas, Arujá, Caieiras, Cabreúva, Colita, Embu Guacu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itaquaquecetuba, Jiquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Poá, Salesópolis, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista), para Assembleia Geral a ser realizada no dia20 de janeiro de 2023,modificando-se o SINDICATO DE RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE SÃO PAULO - SINDRESBAR, situado no Largo do Arouche, 290, República, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, às8 horas, em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:1) Eleitura e aprovação, por escrutínio secreto, das contas e do balanço financeiro do exercício de 2022, instruído com o parecer do Conselho Fiscal, nos termos dos arts. 62, ºa, e 73, ºa, “a”, “b” e “d”, do Estatuto Social da entidade; 2) Disponibilização da previsão orçamentária para o ano de 2023; e 3) Ratificação das contas e dos balanços financeiros dos exercícios de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, correspondente a todo o período do mandato da diretoria atual, já prestadas à categoria em suas épocas próprias e devidamente aprovadas, com base na transcrição de seus atos e com fundamento nos arts. 5º, XVI, e 8º, I, ambos da Constituição Federal. Não havendo o número legal de representantes legais das empresas das empresas associadas para a instalação em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, no mesmo dia e local, às8 horas e 30 minutos, com a presença de qualquer número de empresários representantes das empresas associadas São Paulo 30 de dezembro de 2022.

Wilson Luiz Pinto, Presidente do SINDRESBAR. Sebastião Antunes Duarte, Diretor Tesoureiro do SINDRESBAR.

Inflação dos aluguéis fecha o ano em 5,45%

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), usado para o reajuste dos contratos de aluguel, subiu 0,45% este mês, acumulando alta de 5,45% de janeiro a dezembro de 2022.

Em novembro, o indicador caiu 0,56%, e em dezembro do ano passado, a variação foi de 0,87%, com alta de 17,78% acumulada em 12 meses. Os dados foram divulgados ontem (29) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).



O índice foi afetado pela aceleração no preço de alimentos importantes na cesta, tanto para o produtor como para o consumidor.

De acordo com o coordenador dos Índices de Preços do instituto, André Braz, o índice foi afetado pela aceleração no preço de alimentos importantes na cesta, tanto para o produtor como para o consumidor.

“No índice ao produtor, os maiores aumentos foram registrados para feijão (de -1,45% para 15,36%), bovinos (de -2,20% para 1,55%) e óleo de soja refinado (de 2,57% para 7,35%). Já no âmbito do consumidor, as maiores altas foram registradas para alimentos in natura, com destaque para tomate

(18,13% para 19,12%) e cebola (17,36% para 24,80%)”.

Componentes - Entre os componentes do IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu 0,47% em dezembro, após cair 0,94% em novembro. Por estágios de processamento, o grupo bens finais caiu 0,29%, após alta de 0,13% no mês ante-

rior. A principal influência veio do subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de 0,01% para -0,47%. O índice bens finais (ex), que exclui os alimentos in natura e combustíveis para o consumo, passou de 0,12% em novembro para -0,09% em dezembro. A taxa dos bens intermediários, que havia

caído 0,11% em novembro, teve queda de 0,30%, puxada pelo subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, que passou de 0,83% para -2,26%.

O índice de bens intermediários (ex), que exclui esse subgrupo, subiu 0,13% em dezembro, depois de cair 0,32% em novembro.

Confiança de Serviços cede 1,5 ponto em dezembro



Indicador cai pelo terceiro mês consecutivo.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) cedeu 1,5 ponto em dezembro, indo para 92,2 pontos, menor nível desde fevereiro de 2021 (89,2 pontos). O indicador caiu pelo terceiro mês consecutivo, acumulando perda de 9,5 pontos no quarto trimestre de 2022. Em médias móveis trimestrais, o ICS também re-

cou 3,2 pontos. Os números foram divulgados ontem (29), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

Segundo o economista do Ibrel/FGV, Rodolpho Tobler, a confiança do setor de serviços voltou a registrar queda em dezembro e encerra o último trimestre do ano devolvendo os

ganhos obtidos no segundo e terceiro trimestres deste ano.

“A piora no mês foi influenciada pela percepção de desaceleração no ritmo dos serviços e piora das perspectivas sobre os próximos meses. Além disso, a disseminação entre os segmentos confirma esse momento mais negativo e sugere uma desacel-

PF diz que Bolsonaro cometeu crime ao associar vacina da covid ao vírus da aids

A Polícia Federal (PF) disse quarta-feira, 28, que vê crime do presidente Jair Bolsonaro (PL) por associar a vacina contra a covid-19 ao risco de desenvolver o vírus da aids.

A afirmação consta no relatório final da investigação enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela delegada Lorena Lima Nascimento.

De acordo com o documento, o presidente atentou contra a paz pública. Um relatório parcial da investigação já havia atribuído ao presidente os delitos de incitação ao crime.

A PF afirma que Bolsonaro agiu de maneira “consciente e voluntária” ao espalhar informações falsas sobre a vacinação e “incentivou” a população a descumprir medidas sanitárias preventivas contra a covid-19.

O presidente disse, em live no dia 21 de outubro de 2021, que a população do Reino Unido estaria “desenvolvendo a síndrome de imunodeficiên-

cia adquirida [aids]” após a imunização completa contra o novo coronavírus. Na mesma transmissão ao vivo, Bolsonaro afirmou, citando um suposto estudo atribuído ao imunologista Anthony Fauci, que “a maioria das vítimas da gripe espanhola não morreu de gripe espanhola, mas de pneumonia bacteriana causada pelo uso de máscara”. Na época, as máscaras eram obrigatórias em locais públicos no Brasil. A live foi excluída do YouTube, do Instagram e do Facebook por violar as diretrizes de desinformação médica sobre a covid-19 das plataformas.

Além de Bolsonaro, a PF também atribui crimes ao ajudante de ordens presidencial, o tenente-coronel Mauro Cid, apontado como responsável pela produção do material divulgado na live. O inquérito foi aberto a partir de uma representação do senador Omar Aziz (PSD-AM), que foi presidente da CPI da Covid.

‘Já temos interface com OCDE que não é pequena’, afirma Haddad

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse quarta-feira que o presidente diplomado Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá “reavaliar” o processo de entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “Já temos uma interface com a OCDE que não é pequena, mas o processo de entrada do Brasil na OCDE será definido pelo governo e não pela Fazenda. O presidente Lula tem grande experiência de dois governos sobre esse assunto e com certeza irá revisitar isso em janeiro”, respondeu Haddad, no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição.

O Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) mostrou em reportagem publicada no início do mês que o ingresso do País à OCDE subiria no telhado’ no Governo Lula, de acordo com fontes técnicas a par do assunto. Uma corrente avalia que o País já obteve os principais ga-

nhos até aqui em aderir a instrumentos e padrões da instituição com sede em Paris e que, a partir de agora, estar alinhado com outras exigências seria apenas prejudicial ao Brasil em fóruns multilaterais.

Haddad também minimizou qualquer desconforto com a eleição do ex-presidente do Banco Central no governo Temer, Ilan Goldfajn, para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no fim de novembro.

Em novembro, antes da eleição de Goldfajn, a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, chegou a afirmar que seria “de bom tom” o BID adiar a escolha de seu novo presidente, diante da mudança de governo em andamento no Brasil. “Me dou muito bem tanto com o BID, quanto com Ilan, que tão logo foi eleito nos ligou para se colocar à disposição do novo governo. Não tem a menor chance de termos problemas com BID”, completou.